

COMISSÃO TEM PRAZO DE TRÊS MESES E JÁ ESTUDA A PROPOSTA

D.F. - Economia

Governo ganha autonomia com criação do Fundo Constitucional

O Distrito Federal está mais perto de adquirir sua autonomia financeira. Conforme informou ontem o **Jornal de Brasília**, o Governo Federal criou uma comissão que será responsável pela elaboração de uma proposta que vai regulamentar o Fundo Constitucional do DF, previsto na Constituição Federal. "Essa medida vai dar a Brasília a independência econômica definitiva e isso é muito importante", comemorou o governador Joaquim Roriz.

A comissão, presidida pelo chefe do Gabinete Civil do Governo, Pedro Parente, tem um integrante do GDF. O secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, fará parte da equipe

que tem a missão de apresentar ao Governo Federal, no prazo de três meses, uma proposta de regulamentação do Fundo. A proposta, logo depois de passar pelo crivo do presidente Fernando Henrique, vai ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei para ser votada.

Depois que todo esse trâmite ocorrer, o DF contará com o Fundo para custear as áreas de Saúde, Educação e Segurança. Atualmente essa verba é prevista no Orçamento da União. "Esse Fundo representa também maior flexibilidade na gestão dos recursos. Hoje nós dependemos do Orçamento, que não é suficiente para manter as três áreas. Aprovar suplementação orçamentária é uma tarefa nada

fácil", argumenta o secretário Valdivino de Oliveira.

Para o ano que vem, o Governo Federal assegurou no Orçamento enviado ao Congresso Nacional R\$ 1,9 bilhão, a mesma quantia deste ano. O GDF garante que esse dinheiro é insuficiente para cobrir a folha de pagamento dos 100 mil servidores das áreas de Saúde, Educação e Segurança e ainda que, a cada ano, as despesas com esses funcionários abocanham R\$ 500 milhões dos cofres do tesouro local.

A Constituição prevê que o Governo federal é obrigado a repassar recursos apenas para a área de Segurança, mas o GDF acaba recebendo também para as outras duas. O Fundo está

previsto no artigo 21, inciso XIV da Constituição, que precisa ser regulamentado. No Congresso Nacional, diversos parlamentares da bancada do DF já apresentaram projetos prevendo essa autonomia financeira.

O senador José Roberto Arruda (PSDB) é um deles. Em seu projeto, entre outras coisas, ele prevê que o Fundo pode contar também com recursos adicionais provenientes de emendas do Congresso Nacional ao Orçamento Geral da União. "Com esse Decreto, o DF, além de autonomia política, vai poder ter autonomia econômica. É, sem dúvida, motivo de muita comemoração", garantiu Arruda. (M.D.)